

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG000753/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/03/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR005793/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.110206/2023-83
DATA DO PROTOCOLO: 17/02/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo nº: e Registro nº:

Processo nº: 19980142016202325e Registro nº: MG002068/2023

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, ASSALARIADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO, CNPJ n. 17.910.936/0001-52, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CLEBER DE OLIVEIRA MARCON;

E

SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE MUZAMBINHO, CNPJ n. 20.397.956/0001-86, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RODRIGO DE ALMEIDA MACHADO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 01º de janeiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores Rurais**, com abrangência territorial em **Muzambinho/MG**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica garantido aos trabalhadores rurais o piso salarial de um salário-mínimo acrescido Legal, acrescido de 11% (ONZE POR CENTO), vigente a partir de 1º de janeiro 2024.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja antecipação salarial, por parte do governo fica ajustado como piso salarial da categoria, o valor do salário-mínimo Legal, acrescido em 11% (ONZE) por cento que vigorará até a formalização de nova Convenção coletiva.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO DO TRABALHADOR RURAL ANALFABETO

O pagamento de salário do empregado rural analfabeto deverá ser efetuado na presença de 1 (uma) testemunha, por ele indicada, devendo constar no respectivo recibo, à assinatura da testemunha e a

impressão digital do empregado.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS DIAS A DISPOSIÇÃO

Assegura-se ao empregado o direito ao recebimento de salário, respeitando-se o piso salarial da categoria, dos dias que embora tenham estado à disposição do empregador, não houve a prestação de serviços em virtude de fatores climáticos, de problemas com máquinas ou instrumento de trabalho, decisão unilateral do empregador, ou ainda por não ter sido, o empregado apanhado no local próprio, pelo transporte fornecido pelo empregador.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PRODUÇÃO DIÁRIA

O empregador fornecera ao empregado, quando o serviço for contratado por produção, comprovante diário, com identificação e assinatura do empregador e / ou preposto, contendo nome do empregado, especificando o produto, a produção diária, sua referência em medidas, e respectivo valor em dinheiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORMA DE PAGAMENTO

O Pagamento mensal ou de diversas periodicidades deverá ser efetuado mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com identificação do empregado e do empregador, respectiva propriedade e do qual constará a remuneração, com a discriminação das parcelas, a quantidade líquida paga, dias trabalhados ou o total da produção, as horas extras e descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social.

SALÁRIO PRODUÇÃO OU TAREFA

CLÁUSULA OITAVA - TRABALHO POR PRODUÇÃO/ MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

Os salários, nos trabalhos por produção, safra ou mão-de-obra especializada, será negociado entre o empregador e o empregado, garantindo-se, sempre o mínimo correspondente ao piso salarial da categoria.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), para as 2 (duas) primeiras horas e de 100% (Cem por cento) para as demais.

Parágrafo único - DA LACTANTE: A lactante terá direito a 2 (dois) descansos diários especiais, de no mínimo 30 (trinta) minutos, cada, para amamentar o próprio filho, até que este complete 1 (um) ano de idade.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - CESSÃO DE ÁREA DE SUBSISTÊNCIA

: Obriga-se, o empregador, a ceder gratuitamente, a seu empregado permanente, que resida com a família na propriedade empregador, uma área de terra para cultivo, nas seguintes proporções: 400 (quatrocentos)

metros quadrados, nas propriedades com até 100(cem) hectares de área; 600(Seiscentos) metros quadrados nas propriedades com área superior a 100 (cem) hectares, destinada à utilização, pelo empregado, em atividades de subsistência compatível com a atividade rural do empregador, sem direito a retenção e/ou indenização, caso de rescisão contratual. Esse Benefício não se reveste de natureza salarial, de acordo com Parágrafo Único, do Art. 9º da Lei nº 9300/96, não integrando o salário do empregado nos termos do § 5º, artigo 9º, da Lei 5.889/73.

Parágrafo único: A não utilização da área pelo empregado no prazo de 6 (seis) meses, contados da efetiva cessão, será considerada com renúncia ao direito de exploração.

AUXÍLIO HABITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO DE MORADIA

A casa destinada à moradia do empregado e sua família, localizada na propriedade do empregador, deverá ser provida de energia elétrica e satisfazer os requisitos básicos de segurança, salubridade, higiene e habitabilidade, sendo fornecida gratuita, e sem desconto no salário do empregado pela moradia e energia elétrica.

Parágrafo Primeiro: O empregador se responsabiliza pela manutenção da infraestrutura da morada, devendo, se necessário, proceder de reforma preventiva e/ou reparadora no imóvel, sem ônus ao empregado.

Parágrafo Segundo: Caso seja necessária a realização de reforma na morada ocupada pelo empregado e família, deverá, enquanto durar o período da obra, ser disponibilizada outra casa aos ocupantes, com mesmas características sem ônus ao empregado.

Parágrafo Terceiro: O empregado se responsabiliza pela devolução do imóvel por ele utilizado, nas mesmas condições que recebeu, desconsiderando a depreciação ou desgaste natural do imóvel.

AUXÍLIO MATERNIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EMPREGADA GESTANTE

Assegura-se à empregada gestante, alteração de função, sem prejuízo do salário, mediante apresentação de atestado médico com motivo e o período da alteração para que o empregador faça a devida adequação da atividade laboral às condições física da empregada, pelo período indicado.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORÁRIO E LOCAL DE CONDUÇÃO

Fornecendo o empregador condução para o trabalho, informará previamente, aos empregados, locais e horários do transporte, de acordo com os usos e costumes já consolidados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Nos Imóveis rurais em que há moradia com rede de energia elétrica, fica assegurado aos empregados permanentes que nele residam, o direito à utilização da energia dentro de suas necessidades normais domésticas e sem abuso, sem interrupções por parte do empregador, de acordo com o Parágrafo único do Art. 9º da Lei nº. 9.300/96, a referida cessão não reveste de natureza salarial não integrando o salário do empregado, nos termos do § 5º, Artigo 9º, da Lei 5.889/73.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA DE UM MEMBRO DA FAMÍLIA

A dispensa, sem justa causa, do chefe da família será extensiva aos demais membros do familiar que exerçam a atividade na mesma propriedade rural, desde que residam em habitação fornecida pelo empregador, ressalvando-se aos interessados a permanência no emprego.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPENSA DE CUMPRIMENTO DE AVISO PRÉVIO

Fica assegurado ao empregado dispensado sem justa causa, a dispensa do cumprimento do aviso prévio, desde que comprovada a obtenção de nova colocação, mediante apresentação de declaração do futuro empregador, assegurado o direito à remuneração limitada aos dias trabalhados.

SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

: Fica convencionado que a rescisão de contrato de trabalho, com duração acima de 12 meses serão homologadas pelo sindicato de trabalhadores rurais de Muzambinho.

Parágrafo Primeiro: Os empregadores deverão agendar com o sindicato, data e hora para a rescisão contratual.

Parágrafo Segundo: O empregador deverá providenciar, antes da homologação da rescisão contratual, o encaminhamento do empregado para realização do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO e o exame de colinesterase sanguíneo, para a verificação da presença de agroquímicos e similares ou agentes biológicos do ambiente do trabalho, que deverão acompanhar os documentos rescisórios.

Parágrafo Terceiro: No atestado de saúde ocupacional – ASO, deverá constar o parecer médico a respeito do resultado do exame de colinesterase sanguíneo.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TRANSPORTE DO EMPREGADO

O Veículo destinado ao transporte do empregado rural deverá satisfazer às condições técnicas e às de segurança de transporte coletivo, sem ônus para o empregado, não se revestindo, tão benefícios, de natureza salarial e não integrando o salário, para qualquer efeito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FERRAMENTA E EQUIPAMENTO DE TRABALHO

O empregador fornecera ao empregado, gratuitamente, para o desempenho do trabalho, ferramentas usuais na região e bem como equipamentos de proteção individual adequados ao risco, em conformidade com a NR -31.

Parágrafo Único: As ferramentas e os instrumentos de trabalho deverão ser substituídos quando necessário.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CAPACIDADE DO LATÃO

O latão-medida de café será padronizado com a capacidade para 60 (sessenta) litros, dentro das normas do INPM, sendo que os próprios trabalhadores poderão aferir a medida para resolver dúvidas, podendo, as partes caso se justifique, solicitar a presença e apoio do respectivo sindicato.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Fica autorizada adoção de sistema de compensação de jornada entre o empregador e o empregado.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LOCAL DE REFEIÇÃO E BANHEIROS MÓVEIS

O empregador disponibilizara ao empregado local destinado às refeições, banheiros móveis e água potável em condições de higiene, acomodada em vasilhame térmico em conformidade com a NR -31.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TRABALHO COM AGROTÓXICOS (VENENO)

Fica o empregador rural obrigado a dar treinamento ao empregado a respeito dos cuidados preventivos no trabalho que envolver o manuseio e aplicação de agrotóxicos (veneno), mantendo à sua disposição do empregado, receituário e bulas respectivos, bem como adequados equipamentos de proteção individual – EPI's, cujo fornecimento será obrigatório e gratuito, na forma da Lei.

Parágrafo único: Fica assegurado ao empregado que manuseia e / ou aplica o agrotóxico a jornada de trabalho diária de 6 (seis) horas.

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - TRANSPORTE POR ACIDENTE OU DOENÇA

Obriga-se, o empregador a transportar (ida e volta) o empregado e seus dependentes, quais sejam: esposa/marido, companheiro/companheira e filhos/filhas, gratuitamente, em caso urgente de doença, parto, acidente de trabalho, até o local apropriado para a assistência necessária.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUXILIO-DOENÇA

O empregador pagará o salário integral dos 15 (quinze) primeiros dias, do período de afastamento do empregado, por motivo de doença comprovada por atestado médico, ficando ainda obrigado a proceder ao preenchimento e encaminhamento da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT e Doenças do Trabalho em tempo hábil, bem como comunicar ao Sindicato aos casos de acidentes de trabalho ou doença do trabalho, ocorrido com empregado, em sua propriedade em conformidade com a NR -31.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurado ao empregado(a) o direito de ausentar-se do trabalho para acompanhar o filho menor de 14 anos, ao médico, e no caso de internação, o acompanhamento hospitalar no período que se fizer necessário, mediante atestado médico, sem prejuízo do salário.

Parágrafo Segundo: O empregado afastado do trabalho por motivo de doença devesa providenciar o encaminhamento do atestado médico ao seu empregador, com maior brevidade possível.

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - INGRESSO DO DIRIGENTE SINDICAL

: Fica Assegurado ao acesso dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares do Município de Muzambinho, ou de pessoa por ele devidamente credenciada, a para propriedade rural do empregador, deste que previamente agendado. A visita será acompanhada pelo empregador ou preposto, e terá por objetivo o trabalho de organização sindical e busca de soluções de conflitos decorrentes da relação de trabalho, acompanhar, o cumprimento das legislações trabalhista, previdenciária e do instrumento coletivo de trabalho, bem como o encaminhamento de reivindicações específicas, no âmbito de sua representação profissional.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DESCONTO DA MENSALIDADE SOCIAL

O empregador descontará do empregado filiado ao sindicato, na folha de pagamento de seus empregados, desde que por estes devidamente autorizados, as mensalidades sociais, devidas ao Sindicato de trabalhadores rurais, que deverá ser recolhida até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do desconto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Os empregadores se obrigam a descontar de cada empregado associado ao sindicato, a título de Contribuição Confederativa, a importância mensal de 2% (dois por cento) do piso salarial da categoria, em benefício das entidades sindicais profissionais, a ser depositada em conta bancária indicada pelo Sindicato Profissional, ou recolhida ao próprio Sindicato Profissional, mediante recibo, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do efetivo desconto.

Parágrafo Primeiro - O referido desconto será destinado ao custeio do sistema confederativo da representação sindical profissional, conforme preceituado no Art. 8º, inciso IV da Constituição Federal, que terá a seguinte distribuição: I) 85% (Oitenta por cento) para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; II) – 15% (quinze por cento) para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG.

Parágrafo Segundo - Os empregados associados poderão se opor aos descontos da Contribuição Confederativa a qualquer momento, antes de efetuados os descontos. A oposição deverá ser formulada apenas perante o sindicato profissional, ficando os descontos vinculados aos termos do artigo 545 da CLT. A oposição firmada perante o Sindicato será enviada por este ao empregador no prazo de até 10 dias após o recebimento da oposição, o referido desconto será suspenso a partir do mês subsequente a entrega da oposição.

Parágrafo Terceiro – Fica, o empregador, responsável por comunicar ao empregado sobre o prazo do parágrafo segundo, caso o empregador não o faça será da responsabilidade o pagamento da contribuição confederativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO SINDI-CATO

Os empregadores deverão apresentar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cópias das guias que comprovam o recolhimento das contribuições, anexado a estas a relação dos empregados admitidos e demitidos.

Parágrafo único: Os empregadores deverão apresentar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os comprovantes de pagamento no momento da rescisão do contrato de trabalho, que deverá ser previamente agendada no respectivo Sindicato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - TAXAS E OUTRAS FONTES DE RECEITA SINDICAL

Novas fontes de receita sindical que venham a ser instituídas, modificadas ou de qualquer forma acrescidas às atualmente existentes, mediante lei federal e respectivos atos normativos, ou mesmo derivadas de decisões normativas e que dependam de participação do trabalhador assalariado rural, mediante desconto em folha de pagamento, sejam tais fontes aplicáveis a toda a categoria, somente aos associados ao ente sindical ou, ainda, condicionadas a autorização individual do trabalhador, tais fontes serão automática e imediatamente incorporadas e inseridas às receitas dos respectivos entes sindicais, que se obrigam, para tanto e mediante aditivo da presente convenção coletiva, no prazo de até trinta dias da vigência da respectiva fonte legal ou ato normativo, a regular a forma de aplicação, descontos e efetivação das referidas fontes, para serem incorporadas pelo período remanescente de vigência da presente convenção.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO E AJUIZAMENTO PELO SINDICATO

:Faculta-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como substituto processual, ajuizarem ação de cumprimento, quanto aos oriundos de convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MULTA

Fica estipulada multa correspondente a 10% (dez por cento) do salário-mínimo legal, em caso de descumprimento das obrigações constantes do presente instrumento coletivo, que reverterá em favor do trabalhador prejudicado.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESTRANHO À RELAÇÃO DE EMPREGO

E proibido, ao empregado, trazer consigo, para o local de trabalho, familiar ou terceiro, estranho à relação de emprego, sob pena das aplicações das sanções legais.

}

CLEBER DE OLIVEIRA MARCON
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, ASSALARIADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO

RODRIGO DE ALMEIDA MACHADO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE MUZAMBINHO

ANEXOS

ANEXO I - CONVENÇÃO COLETIVA

Convenção Coletiva

ANEXO II - ATA DE ASSEMBLEIA STR

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA DE ASSEMBLEIA SPR

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.